

Governo quer ressarcimento de dinheiro

A Secretaria Municipal de Saúde é acusada pelo Ministério Público Estadual de ter utilizado R\$ 4,9 milhões de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) para pagar a contratação da Fundação Escola de Sociologia e Política. A instituição foi responsável por uma estudo de caracterização social da clientela e preparação do cadastro do Plano de Atendimento à Saúde (PAS).

O ministério público pede o ressarcimento do dinheiro aos cofres públicos em ação na 5ª Vara da Fazenda Pública. "A verba destinada à saúde ficou parada durante um ano e, quando uma parte foi gasta, aplicou-se em uma contratação ilícita", afirma o promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Cidadania Carlos Alberto de Salles. O contrato com a fundação foi realizado sem licita-

ção. "Um assessor do então secretário Getúlio Hanashiro sugeriu que o estudo fosse feito e, no mesmo dia, a fundação apresentou um documento detalhado sobre o projeto", disse.

O contrato foi firmado um mês depois, em 20 de abril. Hanashiro disse que só assinou o acordo depois de consultar a procuradoria geral do município sobre a legalidade do ato.

"Não fui convocado pela Justiça e se há algo errado é problema da procuradoria", afirmou. A secretária dos negócios jurídicos Monica Caggiano, que era procuradora do município na época, disse que

não se lembra de ter feito um parecer sobre o assunto.

"A Prefeitura já demonstrou a regularidade do ato em juízo e aguarda um pronunciamento do Judiciário", explicou a secretária.

SEGUNDO
MINISTÉRIO,
VERBA FICOU
PARADA